

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA OFICIAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SRA. KARLA CAVALCANTI E SILVA

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2020 (SRP)
GRUPO 14
UASG 201057

G&E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.744.139/0001-51, com sede no SAUS, Quadra 4, Lotes 9/10, Ed. Victória Office Tower, Salas 733 a 736, em Brasília/DF, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, por meio do representante legal que a esta subscreve, com fundamento no artigo 4º, XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002, e no Item 11 do Edital, para tempestivamente, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto pela empresa SEMPRE ALERTA AGENCIAMENTO DE MAO-DE-OBRA E SERVIÇOS GERAIS LTDA., inscrita no CNPJ nº 03.470.083/0001-70 em face da correta e hígida decisão dessa i. Administração de aceitar e habilitar a ora RECORRIDA por ter apresentado a proposta mais vantajosa, pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

1. DO BREVE RESUMO DOS FATOS

Trata-se de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento MENOR PREÇO por lote/grupo, e modo de disputa aberto e fechado, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de apoio administrativo, recepção e secretariado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal – APF direta, autárquica e fundacional, no âmbito do Distrito Federal – DF, com execução realizada mediante alocação pela contratada de empregados com os cargos de Auxiliar Administrativo, Assistente Administrativo, Recepcionista, Recepcionista Bilíngue, Secretário Executivo I, Secretário Executivo II e Técnico em Secretariado, com disponibilização de solução tecnológica para gestão e fiscalização contratual, por meio de aplicação web e aplicativo mobile, observadas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

É importante destacar, de forma preliminar, que a RECORRIDA é empresa idônea no mercado, com larga experiência em contratos de mão de obra, buscando sempre a excelência nos serviços prestados, em especial à Administração Pública.

Promoveu a implantação de Sistema de Compliance (medidas de integridade) e promove, de forma recorrente, capacitação da área de licitações, inclusive com professores do Tribunal de Contas da União - TCU especializados em planilha de formação de preços.

A RECORRIDA apresentou proposta de preços nos moldes do edital, tendo sido acertadamente aceita e habilitada, nos termos do instrumento convocatório e da legislação em vigor, uma vez que esta detinha e detém a proposta mais vantajosa.

Ocorre que, insatisfeita com o resultado, a RECORRENTE interpôs Recurso Administrativo destituído de fundamento, cujas razões não merecem prosperar pelos motivos a seguir expostos.

É o brevíssimo relato do necessário.

2. DO MÉRITO

Abaixo as razões de mérito pelas quais a ora RECORRIDA entende pela necessidade de manutenção do resultado do certame nos termos em que se encontra, para firmar com ela, ato contínuo, o respectivo contrato administrativo.

2.1 Do Papel do Pregoeiro

O Pregoeiro, nos certames públicos, é peça-chave para o sucesso das licitações, como a que está nas mãos de Vossa Senhoria.

Marçal Justen Filho, ao mencionar o papel do pregoeiro, aduz que:

“É importante reconhecer que o pregoeiro é o sujeito que produzirá o surgimento de um contrato cujo objeto será necessário e útil para o perfeito desempenho das atividades da Administração Pública.

“Em outras palavras, uma contratação inadequada se refletirá sobre o universo da atividade administrativa e gerará efeitos nocivos para todos os terceiros que dela dependam.”

É papel dessa i. Pregoeira, diante disso, assegurar a observância irrestrita da legislação, do Edital e a obtenção da proposta mais vantajosa dentro do que foi exigido no instrumento convocatório, devendo existir total compatibilidade entre legalidade e economicidade.

É o que se verifica com a decisão tomada até aqui, que corretamente acolheu a proposta de preços da RECORRIDA como a mais vantajosa e a que atende, na íntegra, aos requisitos editalícios.

2.2 Da preliminar quanto a alteração do edital indicada pela RECORRENTE

Inicialmente, a RECORRENTE alega que ocorreu “uma alteração no Edital, porém, o adiamento foi de apenas 1 (um) dia, o que atenta contra os prazos mínimos para a validade do certame, pois no caso de impugnação do edital, no caso, sua alteração, os interessados teriam prazo de 2 (dois) dias para impugnar o novo texto”.

À RECORRENTE, contudo, não subsiste razão, pois as alterações realizadas no certame NÃO AFETARAM A ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS.

Nesse sentido, o artigo 21, §4º, da Lei nº 8.666/1993, é claríssimo ao dispor que:

“Art. 21 (omissis)

“§ 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, EXCETO QUANDO, INQUESTIONAVELMENTE, A ALTERAÇÃO NÃO AFETAR A FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS.”

Essa nobre Administração, por óbvio, não cometeria qualquer impropriedade que pudesse afetar a condução de certame de tamanho vulto.

Ademais, se houvesse alguma irregularidade no instrumento convocatório, caberia à RECORRENTE impugnar, mesmo a destempo, o edital, mas não o fez. Nessas condições, PRECLUI lógica e temporalmente qualquer iniciativa, neste momento, para causar tumulto ao acertado resultado do páreo.

Inexiste, portanto, razão para as alegações do RECORRENTE nesse ponto.

2.3 Da alegação quanto a irregularidade no documento do sócio da RECORRIDA

Alega o RECORRENTE, também, que a empresa ora RECORRIDA teria apresentado documento pessoal do sócio GUILHERME LEITE CASTELLO BRANCO, no tipo CNH, vencido. Contudo, tal alegação não merece prosperar.

Em primeiro lugar, quem está se habilitando na licitação é a pessoa jurídica da RECORRIDA, e não a pessoa física do sócio.

Em segundo lugar, o Edital não faz qualquer exigência para apresentação de documento do sócio e nem de que o documento pessoal do sócio da pessoa jurídica habilitada deveria possuir validade e, se possuísse, deveria estar válido. Tal exigência não faria sequer sentido, uma vez que, se apresentado, por exemplo, a Carteira de Identidade do tipo Registro Geral (RG) ou Carteira de Trabalho (CTPS), que não tem validade, essa exigência seria totalmente inútil.

Em terceiro lugar, se o documento apresentado estivesse, em tese, vencido, a legislação em vigor o torna válido e apto a ser apresentado em qualquer lugar, até mesmo em virtude da pandemia que assola o mundo desde o início de 2020.

O Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF, por exemplo, suspendeu os prazos para procedimentos de veículos e condutores relacionados a entidades do Sistema Nacional de Trânsito, sejam elas públicas ou privadas. A decisão foi tomada por conta das medidas de enfrentamento da pandemia da Covid-19.

No dia 24 de março de 2021, o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) prorrogou por tempo indeterminado os prazos para a renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), por meio da Portaria nº 205/2021.

A medida é por tempo indeterminado e contempla os condutores habilitados no Distrito Federal, cujo habilitação esteja vencida teoricamente desde o dia primeiro de fevereiro de 2020, permanecendo válidos.

Não merece prosperar a alegação da empresa RECORRENTE, devendo, portanto, manter-se a correta classificação e habilitação da empresa ora RECORRIDA para com ela firmar, oportunamente, o respectivo contrato administrativo.

2.4 Da alegação de ausência de comprovação da capacidade técnica

Outro ponto mencionado pela ora RECORRENTE seria de que a empresa RECORRIDA não teria comprovado aptidão, alegando que os documentos apresentados pela licitante não seriam suficientes para demonstrar o quantitativo mínimo de capacidade técnica no certame.

Tal fundamento, entretanto, também não tem qualquer cabimento!

A RECORRIDA apresentou 39 (trinta e nove) atestados de capacidade técnica/desempenho, num total de 6.500 (seis mil e quinhentos) profissionais conforme documentação acostada ao processo, quando bastaria apenas UM para demonstrar e comprovar aptidão técnica.

A RECORRIDA apresentou, sim, os documentos relativos à capacitação técnica na forma da Lei e conforme requer o edital:

“9.11. Qualificação Técnica:

“9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.”

“9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados em atividades compatíveis com o objeto desta licitação, que exigem ou exigiram, num determinado momento, a alocação de pelo menos 50% das quantidades de empregados estimadas no Anexo II do TR, CUMULATIVAMENTE aos lotes em que se sagrar vencedora.”

“9.11.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;”

“9.11.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.”

“9.11.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.”

“9.11.1.5. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.”

“9.11.1.6. O licitante, quando solicitado, disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.”

“9.11.1.7. Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.”

“9.11.1.8. Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.”

“9.11.1.9. Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.”

Esse último item editalício (9.11.1.9) é claríssimo ao admitir, inclusive, O SOMATÓRIO de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica do licitante, o que a RECORRIDA tem DE SOBRA.

A esse respeito, a RECORRIDA apresentou os seguintes atestados de capacidade técnica:

1) DOC. 13 – Atestado INTO nº 32/2018 – período de vigência do contrato - 12/11/2018 podendo ser prorrogado por 60 (sessenta) meses – 5 (cinco) anos; (530 profissionais)

2) DOC. 15 – Atestado TRF1-DICOM nº 032/2017 – período de vigência - 22/07/2015 à 31/07/2018 – 3 (três) anos; (313 profissionais)

3) DOC. 16 – Atestado TCU nº 33.2014 – período de vigência do contrato – 01/10/2014 à 30/09/2019 – 5 (cinco) anos; (239 profissionais)

4) DOC. 17 – Atestado MCTIC nº 02.0014.00.2017 – período de vigência do contrato – 18/07/2017 à 20/08/2018

– 1 (um) ano; (310 profissionais)

5) DOC. 18 – Atestado ANTT nº 16.2014 - período de vigência do contrato – 30/05/2014 à 30/05/2014 – 1 (um) ano; (34 profissionais)

6) DOC. 19 – Atestado PRDF nº 15.2016 – período de vigência do contrato – 10/05/2016, podendo ser prorrogado por 60 (sessenta) meses – 5 (cinco) anos; (25 profissionais)

7) DOC. 20 – Atestado TST nº 11.2015 – período de vigência do contrato – 01/12/2015 à 28/09/2018 – 1 (um) ano; (78 profissionais)

8) DOC. 21 – Atestado CGU nº 17.2017 – período de vigência do contrato – 14/07/2017 à 14/07/2018 – 1 (um) ano; (149 profissionais)

9) DOC. 22 – Atestado TJDFT nº 189/2015 – período de vigência do contrato – 04/11/2015 à 04/11/2018 – 3 (três) anos; (208 profissionais)

10) DOC. 23 – Atestado TJDFT nº 152/2015 – período de vigência do contrato – 14/08/2015 à 30/08/2018 – 3 (três) anos; (119 profissionais)

11) DOC. 24 – Atestado TRE 35.2017 – período de vigência do contrato – 01/10/2017 à 30/09/2019 – 2 (dois) anos; (52 profissionais)

12) DOC. 25 – Atestado SECUCDF nº 58.2011 – período de vigência do contrato – 18/10/2011 à 18/10/2017 – 6 (seis) anos; (883 profissionais)

13) DOC. 26 – Atestado SEDUC nº 63.2019 e 64.2019 – período de vigência do contrato – 25/10/2019 à 25/10/2021 – 2 (dois) anos; (614 + 695 profissionais)

14) DOC. 27 – Atestado SEDUC nº 29/2019 – período de vigência do contrato – 01/05/2020 à 30/04/2021 – 1 (um) ano; (546 profissionais)

15) DOC. 28 – Atestado SEDUC nº 30.2019 – período de vigência do contrato – 01/05/2020 à 30/04/2021 – 1 (um) ano; (426 profissionais)

16) DOC. 29 – Atestado STJ nº 39/2012 - período de vigência do contrato – 04/06/2012 à 03/06/2014 – 2 (dois) anos; (108 profissionais)

17) DOC. 30 – Atestado TSE nº 55.2016 – período de vigência do contrato – 18/07/2016 à 18/07/2018 – 2 (dois) anos; (45 profissionais)

18) DOC. 31 – Atestado ANS nº 28.2016 – período de vigência do contrato – 19/09/2016 à 19/09/2018 – 2 (dois) anos; (227 profissionais)

19) DOC. 32 – Atestado DSEI nº 13.2017 – período de vigência do contrato – 01/11/2017 podendo ser prorrogado por 60 (sessenta) meses – 5 (cinco) anos; (96 profissionais)

20) DOC. 33 – Atestado TSE nº 63.2019 – período de vigência do contrato – 01/10/2019 à 01/10/2021 – 2 (dois) anos; (142 profissionais)

21) DOC. 34 – Atestado TSE nº 68.2019 – período de vigência do contrato – 30/10/2019 à 30/10/2020 – 1 (um) ano; (119 profissionais)

22) DOC. 35 – Atestado IPEA nº 2.2019 – período de vigência do contrato – 01/03/2019 podendo ser prorrogado por 60 (sessenta) meses – 5 (cinco) anos; (48 profissionais)

23) DOC. 36 – Atestado IPEA nº 3.2019 – período de vigência do contrato - 01/03/2019 podendo ser prorrogado por 60 (sessenta) meses – 5 (cinco) anos; (27 profissionais)

24) DOC. 37 – Atestado IPEA nº 4.2019 – período de vigência do contrato - 01/03/2019 podendo ser prorrogado por 60 (sessenta) meses – 5 (cinco) anos; (14 profissionais)

25) DOC. 38 – Atestado IPEA nº 8.2019 – período de vigência do contrato - 01/03/2019 podendo ser prorrogado por 60 (sessenta) meses – 5 (cinco) anos; (49 profissionais)

26) DOC. 39 – Atestado ANATEL nº 7.2015 – período de vigência do contrato – 28/04/2015 à 27/04/2018 – 3 (três) anos; (45 profissionais)

27) DOC. 40 – Atestado SDEI Araguaia nº 03.2018 – período de vigência do contrato – 07/3/2018 podendo ser prorrogado por 60 (sessenta) meses – 5 (cinco) anos; (530 profissionais) (56 profissionais)

28) DOC. 41 – Atestado Imprensa Nacional nº 15.2017 – período de vigência do contrato – 03/11/2017 à 27/12/2018 – 1 (um) ano; (22 profissionais)

29) DOC. 42 – Atestado MS nº 44.2016 - período de vigência do contrato – 18/10/2016 à 17/10/2018 – 2 (dois) anos; (35 profissionais)

30) DOC. 43 – Atestado MS nº 92.2014 – período de vigência do contrato – 01/12/2014 à 01/12/2015 – 1 (um) ano; (24 profissionais)

- 31) DOC. 44 – Atestado SAMF nº 04.2016 – período de vigência do contrato – 05/09/2016 à 04/09/2017 – 1 (um) ano; (28 profissionais)
- 32) DOC. 45 – Atestado STM nº 53.2017 – período de vigência do contrato – 18/12/2017 à 17/12/2019 – 2 (dois) anos; (13 profissionais)
- 33) DOC. 46 – Atestado Anvisa nº 25.2017 – período de vigência do contrato – 19/12/2017 à 20/12/2018 – 1 (um) ano; (22 profissionais)
- 34) DOC. 47 – Atestado BCB nº 506752016 – período de vigência do contrato – 15/01/2018 à 14/01/2019 – 1 (um) ano; (17 profissionais)
- 35) DOC. 48 – Atestado BASE QGex nº 04.2018 - período de vigência do contrato – 15/03/2018 à 15/03/2020 – 2 (dois) anos; (21 profissionais)
- 36) DOC. 49 – Atestado Presidência nº 45.2017 – período de vigência do contrato – 05/10/2017 à 05/10/2019 – 2 (dois) anos; (21 profissionais)
- 37) DOC. 50 – Atestado MD nº 11.2018 – período de vigência do contrato – 01/05/2018 podendo ser prorrogado por mais 60 (sessenta) meses – 5 (cinco) anos; (58 profissionais)
- 38) DOC. 51 – Atestado TSE nº 83.2016 – período de vigência do contrato – 26/09/2016 à 26/09/2018 – 2 (dois) anos; (27 profissionais) e
- 39) DOC. 52 – Atestado IPEA nº 01.2019 - período de vigência do contrato – 01/03/2019 podendo ser prorrogado por mais 60 (sessenta) meses – 5 (cinco) anos. (15 profissionais)

Nessa linha, a RECORRIDA apresentou atestados técnicos suficientes e capazes de comprovar a plena capacidade técnica em atender a todas as categorias do certame, não existindo qualquer dúvida quanto a eles. Inexiste, portanto, razão à RECORRENTE.

A preocupação maior da Administração, por óbvio, é selecionar empresa prestadora de serviços que consiga disponibilizar mão de obra técnica e especializada para atender aos interesses desse certame, o que será plenamente apresentado pela RECORRIDA.

A RECORRIDA, frise-se, possui notória especialização no ramo. O objeto do certame é e será plenamente atendido por ela, com a excelência almejada pela Administração.

Ademais, o item 9.11.1.4 do Edital diz que “poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.”

Desta forma, não há dúvidas de que a RECORRIDA cumpriu com o exigido em Edital apresentando, nada mais, nada menos, que 39 (trinta e nove) atestados de capacidade técnica, que totalizam 6.500 (seis mil e quinhentos) profissionais em diversos postos de trabalho, número este, infinitamente superior ao exigido para todos os Grupos, logo, a RECORRIDA atende plenamente as exigências, conforme exigido no certame.

Não há, portanto, qualquer incorreção na documentação técnica-operacional, nem tão pouco na proposta apresentada pela ora RECORRIDA, devendo ser mantida como vencedora do torneio, inclusive porque apresentou a proposta de melhor valor global, que, ao fim e ao cabo, é o que interessa à Administração, conforme inúmeras decisões do TCU.

Deve o resultado do certame, também por isso, ser mantido como está!

2.5 Da alegada proposta da RECORRIDA em desacordo com edital

A RECORRENTE alega que a proposta de preços apresentada no certame pela licitante RECORRIDA estaria em desacordo com as normas legais e o previsto no Edital.

Tal alegação apresentada pela RECORRENTE, contudo, é totalmente GENÉRICA, sequer demonstrando qual item ou qual norma teria essa RECORRIDA violado. Ao assim proceder, a própria RECORRENTE inviabiliza o exercício da ampla defesa e do contraditório.

Relata a RECORRENTE que “a licitante ser declarada vencedora mesmo tendo deixado de cumprir diversos itens do certame, na medida em que a vencedora do certame não oferece segurança no cumprimento do contrato, tem em vista não demonstrar documentalmente essa aptidão, ao não obedecer inúmeras regras do Edital e por isso fere de morte o princípio da isonomia.”

NÃO É POSSÍVEL EXTRAIR NADA DESSA ILAÇÃO!

Em nenhum momento a RECORRENTE apresenta quais itens do certame a RECORRIDA não teria atendido, de forma, simplesmente, a alegar genericamente possíveis desacordos.

Claramente a RECORRENTE visa apenas tumultuar o certame, uma vez que, sequer demonstra se a RECORRIDA teria descumprido alguma regra editalícia!

A ora RECORRIDA foi devidamente classificada e habilitada no certame por ter atendido a todas as regras editalícias e legais, não merecendo prosperar a alegação superficial e sem demonstrativo da RECORRENTE.

Deve o resultado do certame, também por isso, ser mantido como está!

2.6 Quanto a qualificação econômico-financeira da RECORRIDA

Alega ainda a RECORRENTE que a ora RECORRIDA “não cumpre também com a exigência editalícia no que tange a demonstração de Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro e patrimônio líquido, em patamares mínimos exigidos em edital, já que demonstra CCL de R\$ 4.559.814,37, o que se mostra insuficiente para qualquer dos grupos em que se sagrou vencedora”, bem como insuficiência de Patrimônio Líquido exigido.

O item 9.10.5.1 do edital regula que:

“9.10.5.1. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado anual DO LOTE/GRUPO PERTINENTE, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei; (Acórdão1214/2013 TCU Plenário)”

A RECORRIDA tem como Ativo Circulante o valor de R\$ 111.435.089,04, e como Passivo Circulante o valor de R\$ 59.533.358,77. Utilizando-se a fórmula indicada no Edital, o Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro é de R\$ 51.901.730,27, bem como Patrimônio Líquido de R\$ 46.742.579,88.

Considerando o valor estimado anual DE TODOS OS GRUPOS para os quais foi declarada vencedora, conforme abaixo descrito, a RECORRIDA possui CCL e Patrimônio Líquido superiores, conforme demonstrado abaixo:

VALOR ANUAL ESTIMADO DOS GRUPOS

GRUPO 01 –R\$ 104.893.990,47
GRUPO 03 –R\$ 57.126.752,40
GRUPO 04 –R\$ 63.652.693,44
GRUPO 10 –R\$ 27.369.834,15
GRUPO 14 –R\$ 16.349.544,84
GRUPO 19 –R\$ 15.385.721,26
GRUPO 23 –R\$ 13.639.353,81
TOTAL DE - R\$ 298.417.890,37

VALOR DE CCL EXIGIDO DOS GRUPOS

GRUPO 01 –R\$ 17.475.338,81
GRUPO 03 –R\$ 9.517.316,95
GRUPO 04 –R\$ 10.604.538,73
GRUPO 10 –R\$ 4.559.814,37
GRUPO 14 –R\$ 2.723.834,17
GRUPO 19 –R\$ 2.563.261,16
GRUPO 23 –R\$ 2.272.316,34
TOTAL DE - R\$ 49.716.420,54
VALOR DO CCL DA RECORRIDA: R\$ 51.901.730,27

VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXIGIDO DOS GRUPOS

GRUPO 01 –R\$ 10.489.399,05
GRUPO 03 –R\$ 5.712.675,24
GRUPO 04 –R\$ 6.365.269,34
GRUPO 10 –R\$ 2.736.983,42
GRUPO 14 –R\$ 1.634.954,48
GRUPO 19 –R\$ 1.538.572,13
GRUPO 23 –R\$ 1.363.935,38
TOTAL DE - R\$ 29.841.789,04
VALOR DO PL DA RECORRIDA: R\$ 46.742.579,88

Sendo assim, FICA DEMONSTRADA aritmeticamente a capacidade econômico-financeira da RECORRIDA, razão pela qual deve ser mantida o resultado do certame tal e qual se encontra, para com ela celebrar, ato contínuo, o respectivo contrato administrativo.

2.7 Quanto a alegação de inexecuibilidade da proposta da RECORRIDA

Alega também a RECORRENTE que a proposta apresentada pela empresa RECORRIDA seria inexecuível, pois, na visão dela, o “valor mensal do contrato, após deduzidos todas as retenções obrigatórias não será suficiente sequer para o pagamento da folha de pagamento e os benefícios.”

A RECORRENTE, sem razão, quer fazer prevalecer entendimento TOTALMENTE GENÉRICO criado por ela sem o menor embasamento ou cabimento.

Não há fundamento para mais essa irresignação infundada da RECORRENTE, que tenta, a todo custo, e com base em argumentação completamente frágil e destituída de plausibilidade fático-jurídico-normativa, embaraçar o correto e legítimo Pregão Eletrônico realizado por essa nobre Administração.

A hipotética inexecutibilidade apontada pela RECORRIDA não pode ser presumida. Deve, sim, ser devidamente COMPROVADA, DEMONSTRADA, APRESENTADA, situação da qual não se desincumbiu a RECORRENTE!

A RECORRENTE alega que a proposta de preços da RECORRIDA estaria inexecutível quanto ao pagamento da folha de pagamento e os benefícios constantes na planilha, sem a menor comprovação dos argumentos, até porque TODOS OS CUSTOS concernentes a Folha de Pagamento (Salário e Encargos), bem como TODOS os Benefícios estão devidamente considerados na planilha de preço.

Generalismos não devem ser acolhidos. NUNCA!

Mesmo que houve indicativo seguro, certo, de eventual e possível inexecutibilidade de preços, o Tribunal de Contas da União, há bastante tempo, assevera a impossibilidade de desclassificação de proposta de certames públicos por inexecutibilidade de preços, nestes termos:

"1.6. Dar ciência à Fundação Universidade de Brasília, com fulcro no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, sobre a seguinte impropriedade identificada nos (...), para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência semelhantes:

'1.6.1. a possibilidade de o presidente da comissão de licitação excluir lance cujo valor seja manifestamente inexecutível, (...), contraria o entendimento deste Tribunal de que a presunção de inexecutibilidade ditada pelo art. 41 do Decreto 7.581/2011 é relativa, razão porque deve ser dada à licitante a oportunidade de demonstrar a executibilidade da sua proposta como assentado no Enunciado 262 da Súmula da Jurisprudência do TCU, além de cercear o direito de o licitante confirmar o lance quando a exclusão ocorre no modo aleatório de encerramento da fase de lances, o que atenta contra os princípios da economicidade e da isonomia (precedente: Acórdão 1.620/2018-TCU-Plenário)."

(ACÓRDÃO Nº 1936/2019 - TCU - 1ª Câmara)

"c) dar ciência (...), de que a não realização de diligência com o intuito de verificar a inexecutibilidade da proposta de licitante está em desacordo com o previsto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, que estabelece a possibilidade de realização de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, e com os itens 9.4, 9.5 e 9.6 do anexo VII-A, da IN 5/2017 do extinto Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que assinala procedimentos a serem adotados pela Administração quando da existência de indícios de inexecutibilidade da proposta;"

(ACÓRDÃO Nº 883/2019 - TCU - Plenário)

"9.4. dar ciência ao Serviço Federal de Processamento de Dados de que:

"9.4.1. a ausência de critérios para analisar-se a inexecutibilidade dos preços das propostas, (...), afronta o art. 48, II, da Lei 8.666/1993, bem como o art. 56, § 4º, da Lei 13.303/2016;

"9.4.2. a exclusão de lances considerados inexecutíveis deve ser feita apenas em situações extremas, nas quais se veja diante de preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero;

(ACÓRDÃO Nº 1620/2018 - TCU - Plenário)"

"9.3. dar ciência ao 51º Centro de Telemática do Exército Brasileiro que: (...)

"9.3.5. a inexecutibilidade de preços é presunção juris tantum e que cabe à Administração dar oportunidade ao licitante para demonstrar a viabilidade de sua proposta."

(ACÓRDÃO Nº 5966/2018 - TCU - 2ª Câmara)

"2. O juízo do pregoeiro acerca da aceitabilidade da proposta é feito após a etapa competitiva do certame (fase de lances), devendo o licitante ser convocado para comprovar a sua executibilidade antes de eventual desclassificação. Apenas em situações extremas, quando os lances ofertados configurarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, gerando uma presunção absoluta de inexecutibilidade, admite-se a exclusão de lance durante a etapa competitiva do pregão.

"Empresa participante de licitação representou ao Tribunal noticiando supostas irregularidades em pregão eletrônico conduzido pelo Serpro para aquisição de software juntamente com serviços técnicos especializados, mediante criação de ata de registro de preços. Em sua peça inicial, a representante aponta, entre outras ocorrências, tratamento privilegiado que teria sido conferido pelo pregoeiro à empresa vencedora do certame, que, por três vezes, teve lances supostamente inexecutíveis excluídos, quando deveria ter ocorrido a desclassificação da proposta. No entender do relator, é "definitiva a conclusão de que, nos termos da Lei do Pregão e dos decretos regulamentadores, a análise da aceitabilidade da proposta deve ser feita após a fase competitiva do certame". Portanto, "contrário sensu, o exame da executibilidade não deve ocorrer durante a etapa competitiva, a não ser em casos extremos, onde se perceba, por exemplo, evidente erro de digitação". "Prosseguindo no raciocínio, o ministro enfatizou que não existe fundamento normativo para que o pregoeiro, com base em juízo subjetivo acerca da executibilidade do lance oferecido, faça a exclusão de proposta no decorrer da fase de lances do pregão. Destacou, ainda, que "apenas em situações excepcionais admite-se a desclassificação da proposta quando os preços ofertados configurarem valor irrisório (na dicção do § 3º do art. 44 da Lei 8.666/1993), gerando uma presunção

absoluta de inexequibilidade". Relativamente ao objeto licitado, o relator frisou que "a inexequibilidade de preços é ainda mais difícil de ser atestada quando se trata de licenças de software, visto que os custos de produção são relativamente baixos, proporcionando ao licitante a possibilidade de ofertar preços reduzidos como estratégia de mercado ou, por exemplo, para que o representante atinja determinada meta imposta pelo fornecedor". Tal fato vem ao encontro do entendimento consolidado no TCU "de que não cabe ao pregoeiro fazer juízo acerca da exequibilidade da proposta sem que o licitante seja convocado para se pronunciar". Deste modo, lembrando que "é o licitante quem deve comprovar a exequibilidade de sua oferta, e não a Administração, sem ouvir a empresa, quem deve desconsiderar a proposta", o relator concluiu que "a exclusão de lances deve ser feita somente em situações excepcionais". "Seguindo esse entendimento, o plenário do TCU, entre outras deliberações, assinou prazo para que o Serpro tornasse sem efeito a exclusão dos lances, anulando o certame caso a empresa vencedora não honrasse a proposta de preço apresentada, e deu ciência à entidade que "a exclusão de lances considerados inexequíveis deve ser feita apenas em situações extremas, nas quais se veja diante de preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero".

(ACÓRDÃO Nº 1620/2018 – TCU – Plenário)

"LICITAÇÃO. PROPOSTA. PREÇO. INEXEQUIBILIDADE. PREÇO GLOBAL. A inexequibilidade de itens isolados da planilha de custos não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta (art. 48, inciso II, da Lei 8.666/1993), pois o juízo sobre a inexequibilidade, em regra, tem como parâmetro o valor global da proposta."

(Acórdão 637/2017 – TCU – Plenário)

"LICITAÇÃO. INEXEQUIBILIDADE A desclassificação de proposta por inexequibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, e deve ser franqueada oportunidade de o licitante defender sua proposta e demonstrar sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo instrumento convocatório, antes de ter sua proposta desclassificada."

(Acórdão 1079/2017 – TCU – Plenário)

A questão é tão pacífica no âmbito da Corte que está até sumulada:

"SÚMULA TCU 262: O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei 8.666/1993 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta."

Não há, portanto, fundamento algum para o recurso interposto, devendo ser rechaçado de imediato!

O próprio Edital também não admite a desclassificação por inexequibilidade de preços sem dar a chance de o licitante se manifestar mediante quantas diligências forem necessárias, como foi feito – e demonstrado – por esta RECORRIDA, devendo o resultado do certame ser mantido como está.

Ainda a esse respeito, se a proposta da RECORRIDA fosse inexequível, a da RECORRENTE seria três vezes mais inexequível, haja vista que os valores por ela apresentados foram muito, muito inferiores ao da RECORRIDA. O argumento utilizado pela RECORRENTE acaba até por ser contraditório!

Mesmo que considerado apenas este argumento, ele não prosperar por outro fundamento, qual seja, o da prevalência do valor global nas licitações, tratado no tópico seguinte.

2.8 Da prevalência do valor global nas licitações públicas

O Tribunal de Contas da União, em mais de uma assentada, já estabeleceu que o que interessa à Administração é o VALOR GLOBAL DA PROPOSTA, inclusive em decisões recentes, assim:

"9.4. em evolução ao estatuído no item 8.3 da Decisão 907/2001-Plenário, publicada no Diário Oficial da União de 12/11/2001, firmar entendimento de que a reabertura de prazo para apresentação de novas propostas, com fulcro no art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93, permite a ampla reformulação das propostas anteriores, observados os ajustes necessários a afastar as causas ensejadoras da desclassificação, cujo resultado não poderá ultrapassar o valor global máximo da proposta anterior de cada licitante, com exceção dos casos em que a desclassificação tenha ocorrido por inexequibilidade." (Acórdão nº 1368/2019 – TCU – Plenário)

"A análise isolada de apenas um dos componentes do preço, custo direto ou BDI, não é suficiente para caracterizar sobrepreço ou superfaturamento, pois BDI elevado pode ser compensado por custo direto subestimado, de modo que o preço do serviço contratado esteja compatível com os parâmetros de mercado. A análise deve ser feita por meio da comparação do preço contratado com o preço de referência, sendo este último composto pelo custo de referência e pelo percentual de BDI de referência." (Acórdão nº 1511/2018 – TCU – Plenário)

"Ementa: o TCU deu ciência à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sobre as seguintes impropriedades, identificadas no edital e na condução da Tomada de Preços 2/2015, o que afronta a jurisprudência do TCU (Acórdãos 1.811/2014, 371/2009 e 187/2014 do Plenário, e 1.401/2014-2ª Câmara), com vistas à adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes: a) a desclassificação da representante,

uma construtora privada, ocorreu indevidamente, uma vez que detinha a melhor proposta global passível de ajuste com ônus suportado exclusivamente pela empresa, mediante a diminuição do lucro proposto e a manutenção do valor global da proposta; b) o edital padrão que norteou os atos da comissão de licitação restringe indevidamente as ações da comissão de licitação, que se vê impossibilitada de abrir oportunidade para que o licitante detentor da melhor proposta, ajuste as planilhas de preços ofertadas, notadamente em itens isolados e compensáveis, de maneira a não alterar sua proposta global” (itens 1.8.1.1 e 1.8.1.2, Acórdão nº 670/2016 – TCU – Plenário).

“Ainda na Tomada de Contas Especial instaurada em decorrência de supostas irregularidades verificadas em contratos de repasse celebrados entre o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça, e o Governo do Estado do Maranhão, foram citadas, solidariamente, a gestora responsável e a empresa contratada em razão de indícios de dano ao erário decorrentes de: “a) aplicação de BDI único de 28% para materiais e serviços, gerando suposto prejuízo nos valores de R\$ 1.160.416,55 (Contrato 190/2008) e de R\$ 625.702,40 (Contrato 191/2008); b) inclusão de parcela referente ao IRPJ e à CSLL na composição do BDI dos ajustes, implicando prejuízo de R\$ 93.766,28, no Contrato 190/2008, e de R\$ 33.205,39, no Contrato 191/2008; e c) inclusão de rubrica genérica (‘eventuais’) na composição do BDI, o que acarretou dano ao erário de R\$ 112.945,74 e de R\$ 39.997,40 nos Contratos 190/2008 e 191/2008, respectivamente”. Analisando o mérito, o relator consignou não ser possível “afirmar haver sobrepreço apenas com base no exame isolado do BDI ou de suas rubricas. Ainda que se observe alguma inadequação no valor ou na composição do BDI, tal fato pode ser mitigado por um desconto ofertado nos custos diretos praticados pela empresa, de maneira que o preço do serviço, assim entendido como o valor do seu custo direto mais a incidência da taxa de BDI, esteja compatível com parâmetros de mercado”. Lembrou, também, que “o TCU tem considerado que a análise isolada de apenas um dos componentes do preço (custo direto ou BDI) não é suficiente para caracterizar o sobrepreço, pois um BDI contratual elevado pode ser compensado por um custo direto ofertado pela licitante abaixo do paradigma, de forma que o preço do serviço contratado esteja abaixo do preço de mercado”. Acrescentou ainda que “durante a fase de licitação, a jurisprudência do TCU entende que a desclassificação de proposta de licitante que contenha taxa de BDI acima de limites considerados adequados só deve ocorrer quando o preço global ofertado também se revelar excessivo, dado que a majoração do BDI pode ser compensada por custos inferiores aos paradigmas (Acórdão 1.804/2012-Plenário)”. Com base nessas razões e no que restou apurado nos autos, o relator concluiu no sentido de ser “insubsistente o débito apurado nesta tomada de contas especial, haja vista que a unidade técnica não analisou e cotejou o custo direto dos serviços com valores de referência, limitando-se a apontar supostas inconsistências no percentual e na composição do BDI contratual”. Nesses termos, e em face de outros aspectos analisados pelo relator, o Plenário julgou regulares com ressalva as contas dos responsáveis, dando-lhes quitação.” (Acórdão nº 648/2016 – TCU – Plenário)

“11. Quanto à alegação de que a proposta possuía vícios insanáveis na planilha de custos, quais sejam, a falta do cálculo da incidência do submódulo 2.2 sobre o submódulo 2.1 e a previsão de fornecimento de vale alimentação para 22 dias mensalmente, ante 26 dias trabalhados, há de se considerar que a contratação é por menor preço global, não havendo a possibilidade de pagamentos adicionais em função de alterações nos itens apontados pelo representante.

“12. Assim, promovidos os devidos ajustes na proposta de preços para a adequação de eventuais erros de elaboração, mantendo-se o valor final ofertado, não há que se falar em erros insanáveis ou que a proposta é inexecutável. Além disso, eventuais erros ou omissões são de responsabilidade da empresa, devendo ser absorvidos por ela e não repassados à Administração.

“13. Conforme a jurisprudência desta Corte, é indevida a desclassificação antecipada de licitantes por falhas meramente materiais, as quais poderiam ser corrigidas mediante diligência, sem alteração do valor global da proposta, conduta que se encontra em desconformidade com o atendimento do interesse público de obtenção da melhor proposta e com o princípio do formalismo moderado” (Acórdão nº 2.546/2015 – TCU – Plenário)

“A inexecutabilidade de itens isolados da planilha de custos não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta (art. 48, inciso II, da Lei 8.666/1993), pois o juízo sobre a inexecutabilidade, em regra, tem como parâmetro o valor global da proposta”. (Acórdão 637/2017 – Plenário. Representação, Relator Ministro Aroldo Cedraz)

Desse modo considerando que a RECORRIDA é a que apresentou o menor valor global no certame e, em decorrência disso, a proposta mais vantajosa para a Administração, não há fundamento algum para quer desclassificá-la do torneio, devendo-se manter o resultado da licitação tal e qual já lançado por essa nobre Administração.

2.9 Do dever da melhor administração e da escolha da melhor decisão

A Administração deve pautar sempre as decisões que toma orientada pelo dever de boa administração. Aliás, até mais que isso.

Sérgio Ferraz, a respeito do tema, afirma que:

“A Administração Pública tem, dentre as suas várias linhas principiológicas ou balizadoras, o dever de bem administrar, que não se satisfaz com a simples boa administração: é o dever da melhor administração. Em face de quatro ou cinco hipóteses boas, há uma que é a melhor sempre e essa é a única que pode ser adotada, seja pelo administrador, seja pelo juiz. E se essa é a única que pode ser adotada, o juiz tem mais que o poder, tem o dever de desfazer a decisão, quando a única não tiver sido escolhida, ainda que tenha sido escolhida uma boa, ainda que

ele não possa ditar, em razão das limitações da função jurisdicional que exerce, qual a melhor para que seja seguida. Mas tem o poder constitucional de desfazer aquela que não é a melhor.” (RDA 165).

Desta forma, deve-se manter a habilitação e a classificação da proposta de preços da ora RECORRIDA, visto que esta é a decisão que melhor atende aos princípios da proposta mais vantajosa, nos termos do que aduz a Lei nº 8.666/1993.

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

O Tribunal de Contas da União vai na mesma linha:

“1. O intuito basilar dos regramentos que orientam as aquisições pela Administração Pública é a contratação da proposta que lhe seja mais vantajosa, obedecidos os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.” (ACÓRDÃO TCU 357/2015)

Desse modo, verifica-se plenamente compatível com a legislação em vigor e com o entendimento da Corte de Contas da União a proposta de preços apresentada pela RECORRIDA, devendo ser mantida hígida tal e qual já se encontra.

Essa honrosa instituição está praticando atos que indicam a busca pela melhor administração, devendo, por esse motivo, manter a licitação tal e qual ora se encontra, com a ora RECORRIDA mantida como vencedora do páreo.

3. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer a Vossa Senhoria se digne a:

a) CONHECER o Recurso Administrativo interposto pela empresa AGROSERVICE EMPREITEIRA AGRICOLA LTDA., inscrita no CNPJ nº 00.478.727/0001-89, para, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, pelas razões de fato e de direito aduzidas nas presentes Contrarrazões;

b) CONVOCAR a RECORRIDA para, tão logo oportuno, celebrar o respectivo contrato administrativo decorrente deste certame;

OU, se assim não entender Vossa Senhoria

c) FAZER SUBIR as presentes Contrarrazões a Recurso Administrativo, para os mesmos fins, à AUTORIDADE SUPERIOR, com fundamento no art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/1993.

Brasília/DF, 11 de agosto de 2021.

G&E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
Edna de Menezes Gonçalves
Gerente Comercial - Procuradora

Fechar